

26 de março de 2026

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS POR SETOR INSTITUCIONAL (BASE 2021)

4º Trimestre de 2025

O SALDO DA ECONOMIA AUMENTOU 0,4 PONTOS PERCENTUAIS PARA 2,5% DO PIB

A economia portuguesa¹ registou uma capacidade de financiamento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no 4º trimestre de 2025, traduzindo um aumento de 0,4 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre anterior. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram 1,6% e 1,7%, respetivamente. O aumento do saldo da economia refletiu essencialmente a melhoria do saldo das Administrações Públicas.

O RDB das Famílias² aumentou 1,3% face ao trimestre anterior, verificando-se crescimentos de 1,7% e 1,3% nas remunerações recebidas e no Valor Acrescentado Bruto (VAB), respetivamente. O crescimento do RDB, conjugado com o aumento de 1,4% da despesa de consumo final (1,6% no trimestre precedente), determinou uma taxa de poupança das Famílias de 12,1% (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior). A capacidade de financiamento das Famílias fixou-se em 3,9% do PIB (menos 0,1 p.p. que no trimestre precedente), refletindo um aumento da Poupança inferior ao do investimento. Em termos reais, o RDB ajustado per capita das Famílias aumentou 0,3% no 4º trimestre de 2025 (menos 0,4 p.p. que no trimestre precedente).

O saldo das Sociedades Não Financeiras (SNF) aumentou em 0,1 p.p. no 4º trimestre de 2025, fixando-se em -3,5% do PIB. O VAB e as remunerações pagas aumentaram 1,7 e 1,8%, respetivamente, enquanto a FBC cresceu 0,5%. Por sua vez, a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 1,4% do PIB (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

O saldo do setor das Administrações Públicas (AP) manteve-se positivo, fixando-se em 0,7% do PIB no ano terminado no 4º trimestre de 2025 (0,6% no final de 2024), mais 0,5 p.p. que o observado no trimestre anterior. Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2025 atingiu -2 425 milhões de euros, correspondendo a -3,0% do PIB, o que compara com -5,0% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 7,8% da receita total e de 3,3% da despesa total.

¹ Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente (ver notas metodológicas no final deste destaque). As taxas de variação são apresentadas em termos nominais.

² Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF) (S.1M).

O SALDO DA ECONOMIA PORTUGUESA AUMENTOU 0,4 P.P. PARA 2,5% DO PIB

O saldo da economia portuguesa aumentou, passando de 2,1% no 3º trimestre de 2025 para 2,5% do PIB no 4º trimestre. O PIB nominal cresceu 1,5% face ao trimestre anterior e 5,9% comparativamente com o trimestre homólogo, refletindo o efeito conjugado dos aumentos do PIB em volume e do respetivo deflator implícito. Face ao trimestre anterior, o RNB e o RDB aumentaram 1,6 e 1,7%, respetivamente (6,0% e 5,9% face ao trimestre homólogo, respetivamente).

No 4º trimestre de 2025, o RDB da economia registou um crescimento superior em 0,3 p.p. ao da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), o que determinou um aumento de 2,8% da poupança bruta, atingindo um valor equivalente a 22,0% do PIB (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior e menos 0,3 p.p. que no trimestre homólogo).

O crescimento de 1,7% da FBC (1,8% no trimestre anterior) foi inferior ao aumento da poupança e, combinado com o efeito positivo das transferências de capital, determinou o aumento da capacidade de financiamento da economia em 0,4 p.p., para 2,5% do PIB no 4º trimestre de 2025.

Quadro1

PIB, RNB E RDB NO ANO ACABADO NO TRIMESTRE

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
4ºT 2022	243 957	3,0	239 550	2,5	244 278	2,5
1ºT 2023	251 095	2,9	246 221	2,8	251 204	2,8
2ºT 2023	257 674	2,6	252 166	2,4	257 301	2,4
3ºT 2023	264 462	2,6	258 331	2,4	263 537	2,4
4ºT 2023	270 353	2,2	263 370	2,0	268 166	1,8
1ºT 2024	274 871	1,7	268 229	1,8	273 166	1,9
2ºT 2024	279 490	1,7	272 917	1,7	278 319	1,9
3ºT 2024	284 279	1,7	278 089	1,9	283 675	1,9
4ºT 2024	289 784	1,9	284 402	2,3	289 765	2,1
1ºT 2025	293 377	1,2	287 577	1,1	292 998	1,1
2ºT 2025	297 518	1,4	291 841	1,5	297 033	1,4
3ºT 2025	302 230	1,6	296 707	1,7	301 829	1,6
4ºT 2025	306 765	1,5	301 552	1,6	306 997	1,7

Quadro 2

CAPACIDADE (+) / NECESSIDADE (-) DE FINANCIAMENTO POR SETOR INSTITUCIONAL

(EM % DO PIB, ANO ACABADO NO TRIMESTRE)

Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias e ISFLSF	Total da economia
4ºT 2022	-4,4	2,1	-0,3	1,3	-1,3
1ºT 2023	-3,9	2,5	0,2	0,8	-0,3
2ºT 2023	-3,5	2,6	0,1	1,5	0,8
3ºT 2023	-3,7	2,6	0,5	2,1	1,6
4ºT 2023	-4,0	2,3	1,1	2,3	1,7
1ºT 2024	-3,8	2,1	0,9	3,3	2,5
2ºT 2024	-4,3	2,3	1,0	3,7	2,8
3ºT 2024	-4,1	2,0	0,7	4,3	2,9
4ºT 2024	-4,2	1,9	0,6	4,7	3,0
1ºT 2025	-4,3	1,7	0,6	4,4	2,4
2ºT 2025	-4,1	1,3	0,7	4,1	2,0
3ºT 2025	-3,6	1,5	0,2	4,0	2,1
4ºT 2025	-3,5	1,4	0,7	3,9	2,5

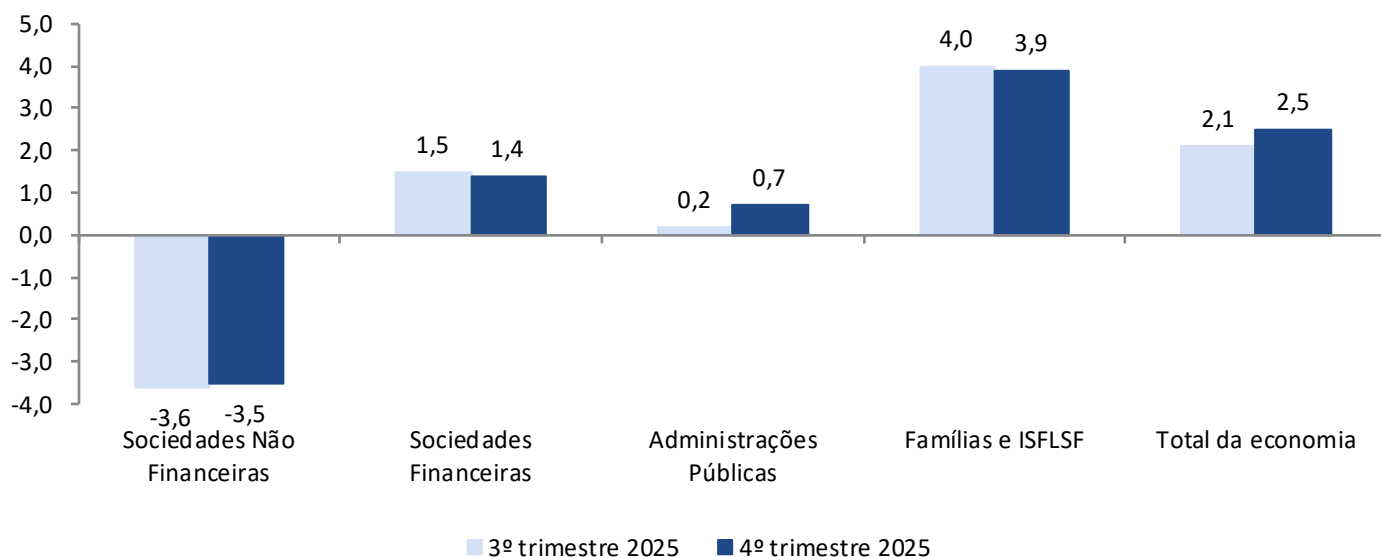
O aumento do saldo da economia refletiu a melhoria do saldo das AP, que mais do que compensou a ligeira redução dos saldos das Famílias e das sociedades financeiras. A necessidade de financiamento das SNF diminuiu para 3,5% do PIB, enquanto o excedente das Famílias e das sociedades financeiras reduziram-se ambos em 0,1 p.p., para 3,9% e 1,4% do PIB, respetivamente. O saldo das AP aumentou 0,5 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2025 face ao trimestre anterior, apresentando uma capacidade líquida de financiamento de 0,7% do PIB, em resultado de um aumento da receita (2,0%) superior ao aumento da despesa (0,9%).

O saldo das Famílias diminuiu 0,1 p.p., fixando-se em 3,9% do PIB. Este resultado refletiu o aumento de 0,5% da poupança, que ficou aquém do aumento de 3,9% da FBC. O consumo final e o RDB aumentaram 1,4% e 1,3%, respetivamente, determinando um ligeiro crescimento da poupança.

Figura 1

CAPACIDADE (+) / NECESSIDADE (-) DE FINANCIAMENTO POR SETOR INSTITUCIONAL

(EM % DO PIB, ANO ACABADO NO TRIMESTRE)



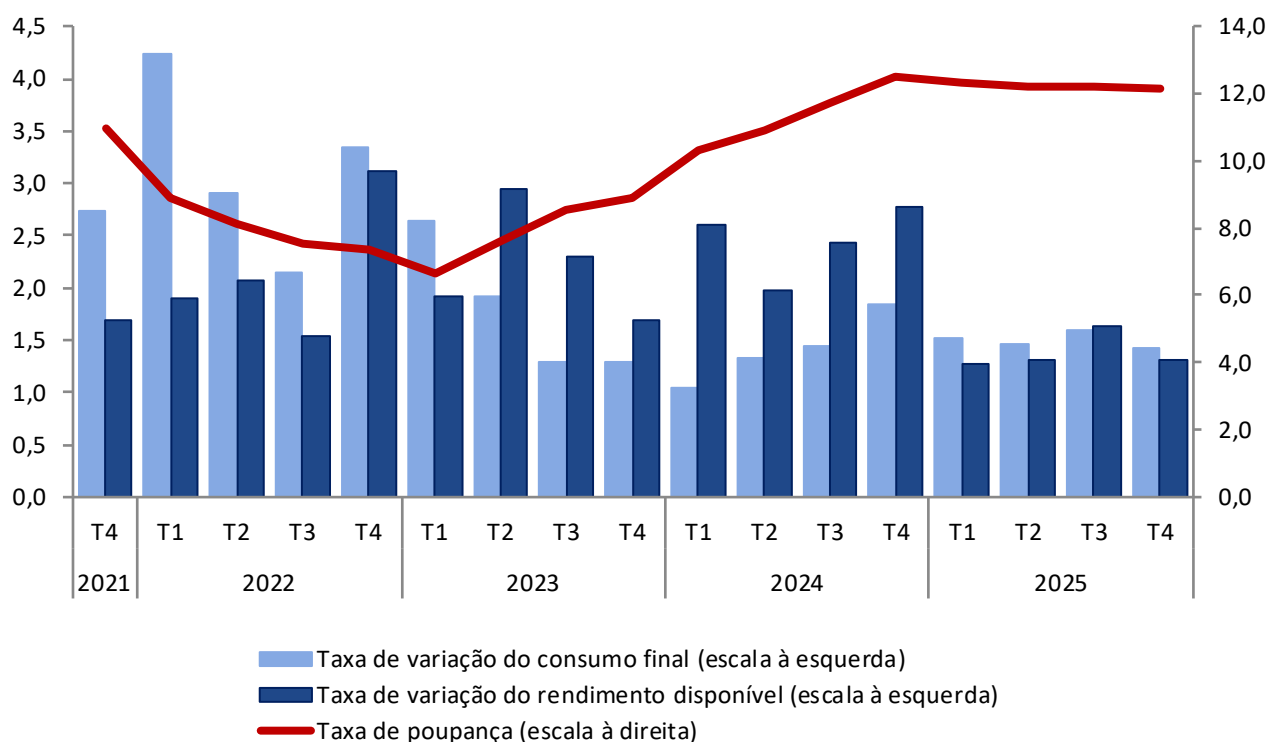
FAMÍLIAS: CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO DAS FAMÍLIAS FIXOU-SE EM 3,9% DO PIB

A capacidade de financiamento das Famílias fixou-se em 3,9% do PIB, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior e menos 0,8 p.p. que no trimestre homólogo. Este resultado refletiu principalmente o aumento de 4,0% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), constituída essencialmente por habitação, que mais do que compensou o aumento da poupança (variação de 0,5% no 4º trimestre).

A taxa de poupança das Famílias (figura 2) diminuiu para 12,1% (menos 0,1 p.p.). A despesa de consumo final aumentou 1,4%, variação superior em 0,1 p.p. à do RDB (1,3% no trimestre e 1,6% no trimestre anterior). Relembra-se que, salvo indicação em contrário, as variáveis aqui apresentadas estão em termos nominais, o que, no caso do consumo final, significa que a sua evolução é também influenciada pelo crescimento dos preços. Em termos reais, o consumo final aumentou 0,8% no ano acabado no 4º trimestre de 2025.

Figura 2

TAXA DE POUPANÇA DAS FAMÍLIAS (%; ANO ACABADO NO TRIMESTRE)



A figura 3 apresenta a decomposição da taxa de variação do RDB das Famílias. No ano acabado no 4º trimestre de 2025, as remunerações e o excedente bruto de exploração contribuíram em 1,2 p.p. e 0,3 p.p., respetivamente, para aquela taxa de variação. Os impostos sobre o rendimento contribuíram em -0,3 p.p..

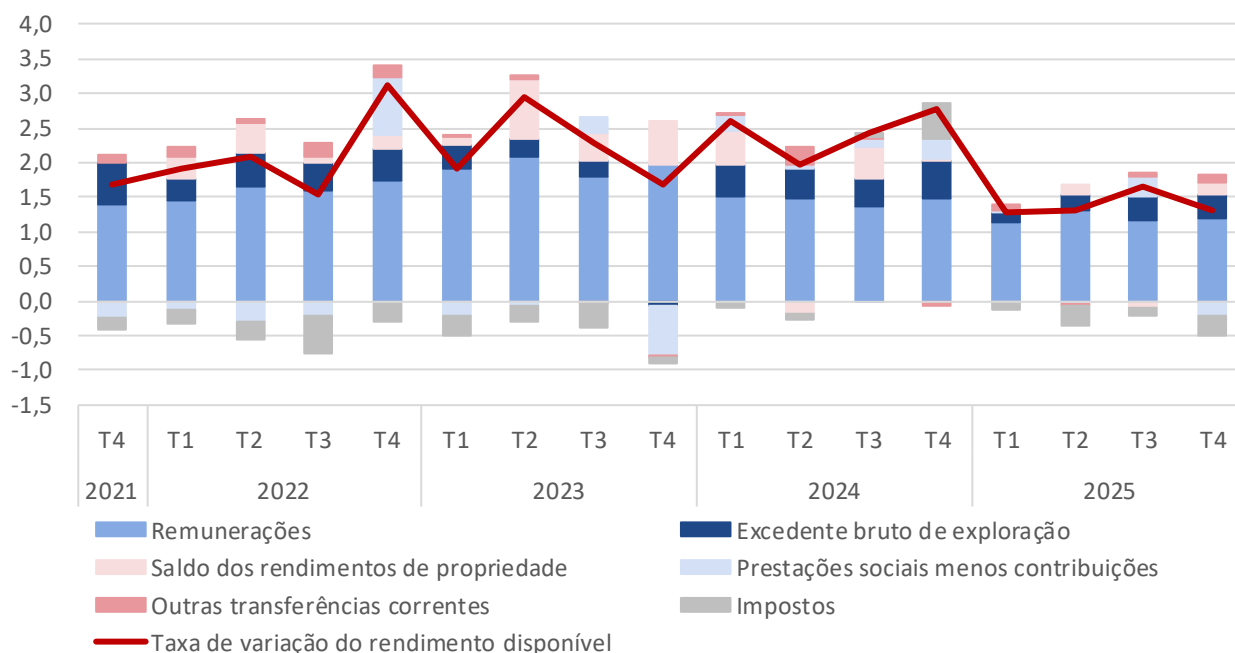
O RDB nominal per capita das Famílias atingiu 19,7 mil euros no 4º trimestre de 2025, o que representou um aumento de 1,0%, relativamente ao trimestre anterior.

O RDB ajustado (RDBa) difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias. O RDBa das Famílias per capita em termos reais, que utiliza o índice de preços implícito no consumo final como deflador e constitui um indicador mais adequado num contexto de inflação elevada, aumentou 0,3% no 4º trimestre de 2025, menos 0,4 p.p. que no trimestre anterior.

A FBCF das Famílias, que corresponde essencialmente à aquisição de habitação, aumentou 4,0% no 4º trimestre de 2025 (4,6% no trimestre anterior). A taxa de investimento das Famílias (medida através do rácio entre a FBCF e o rendimento disponível) atingiu 6,3%, mais 0,2 p.p. que no trimestre precedente.

Figura 3
CONTRIBUTOS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL DO RENDIMENTO DISPONÍVEL DAS FAMÍLIAS

(P.P., ANO ACABADO NO TRIMESTRE)



SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS: SALDO NEGATIVO FIXOU-SE EM -3,5% DO PIB

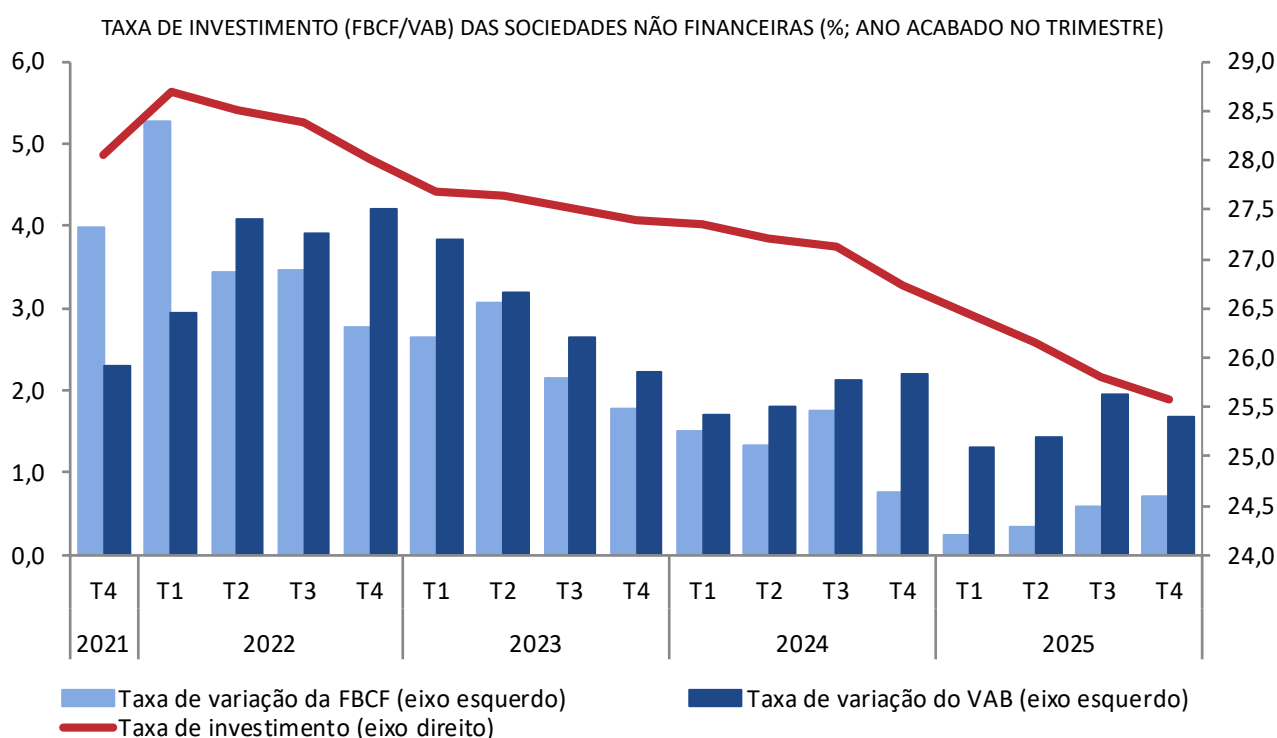
A necessidade de financiamento das SNF situou-se em 3,5% do PIB no 4º trimestre de 2025, o que representa uma redução do saldo negativo em 0,1 p.p. face ao trimestre anterior.

O VAB registou um aumento de 1,7%, menos 0,3 p.p. que no trimestre precedente. O crescimento do VAB foi inferior ao aumento de 1,8% das remunerações pagas, o que determinou uma variação de 1,8% do Excedente Bruto de Exploração (2,8% no trimestre anterior).

A taxa de margem operacional líquida do setor fixou-se em 19,9% (menos 0,1 p.p. que no trimestre precedente). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas destinada à remuneração dos recursos financeiros.

A redução da necessidade de financiamento em 0,1 p.p. do PIB resultou do já referido aumento do Excedente Bruto de Exploração, que compensou o crescimento da FBC em 0,5% (0,2% no trimestre precedente). Os rendimentos de propriedade recebidos e pagos aumentaram 0,1% e 0,5%, respetivamente, face ao trimestre anterior.

A FBCF registou uma variação de 0,7% no 4º trimestre de 2025 (0,6% no trimestre precedente). A taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) fixou-se em 25,6%, o que representa um decréscimo em 0,2 p.p. face ao trimestre anterior, determinado pelo crescimento superior do VAB relativamente à FBCF (1,7% e 0,7%, respetivamente).

Figura 4


SOCIEDADES FINANCEIRAS: CAPACIDADE DE FINANCIAMENTO FIXOU-SE EM 1,4% DO PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras fixou-se em 1,4% do PIB, menos 0,1 p.p. que no trimestre precedente. O VAB do setor financeiro, que integra a margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos (Serviço de Intermediação Financeira

Indiretamente Medido – SIFIM)³, diminuiu 0,4% no 4º trimestre de 2025 (redução de 1,3% no trimestre anterior). Os rendimentos de propriedade recebidos e pagos registaram taxas de variação de -5,0% e -3,8%, respetivamente, no 4º trimestre de 2025, o que determinou uma redução de 2,3% da poupança do setor (crescimento de 14,5% no trimestre anterior). O efeito conjugado da redução da poupança e do aumento da FBC (5,3% no ano terminado no quarto trimestre) determinou a ligeira redução da capacidade de financiamento referida anteriormente.

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS: SALDO AUMENTOU 0,5 P.P., PARA 0,7% DO PIB

O saldo do setor das AP aumentou 0,5 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2025 face ao trimestre anterior, apresentando uma capacidade líquida de financiamento de 0,7% do PIB, em resultado de um aumento da receita (2,0%) superior ao aumento da despesa (0,9%).

Os quadros 3 e 4 apresentam a receita e a despesa do setor das AP no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

³ Refira-se que, em Contas Nacionais, a margem de intermediação financeira obtida pelas instituições bancárias na concessão de crédito e na captação de depósitos (designado como Serviço de Intermediação Financeira Indiretamente Medido – SIFIM) é registada como produção, influenciando o VAB, e não como juros pagos e recebidos. De forma análoga, o custo suportado pelos restantes setores institucionais nessas operações é registado como consumo intermédio ou como despesa de consumo final. Assim, refletindo o aumento significativo das taxas de juro em particular sobre os créditos concedidos pelo setor financeiro aos restantes setores, o SIFIM apresentou crescimentos significativos em termos nominais sobretudo em 2023, determinando o aumento do VAB do setor financeiro e influenciando negativamente o VAB dos restantes setores institucionais, nomeadamente as famílias enquanto detentoras de habitação adquirida com recurso a crédito. O aumento do SIFIM suportado pelas famílias enquanto consumidores influencia positivamente a despesa de consumo final. Desde o 2º trimestre de 2024 este comportamento inverteu-se com a redução das taxas de juro, observando-se diminuições no SIFIM em termos nominais.

Quadro 3

RECEITA E DESPESA DO SETOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

(ano acabado no trimestre)

 Unidade: 10⁶ EUR

	2024T4	2025T1	2025T2	2025T3	2025T4
Receita total	124 668	126 259	128 379	130 387	133 000
Receita corrente	122 069	123 563	125 505	127 128	129 166
Impostos sobre o rendimento e património	29 486	29 669	29 636	30 088	30 755
Impostos sobre a produção e importação	41 567	42 257	43 145	43 814	44 514
Contribuições sociais	35 883	36 527	37 282	38 026	38 771
Vendas	9 150	9 201	9 110	9 091	8 952
Outra receita corrente	5 985	5 909	6 331	6 109	6 175
Receita de capital	2 598	2 696	2 875	3 259	3 834
Despesa total	122 805	124 593	126 303	129 725	130 941
Despesa corrente	112 769	114 128	115 452	118 192	119 085
Prestações sociais	52 143	52 964	53 577	54 987	55 198
Remunerações dos empregados	30 322	30 870	31 534	32 120	32 612
Juros	5 935	5 995	5 965	5 969	5 965
Consumo intermédio	15 076	15 194	15 143	15 637	15 723
Subsídios	1 886	1 513	1 519	1 596	1 718
Outra despesa corrente	7 407	7 593	7 715	7 882	7 870
Despesa de capital	10 037	10 465	10 851	11 534	11 856
Investimento ⁽¹⁾	8 025	8 288	8 525	8 802	9 081
Outra despesa de capital	2 011	2 177	2 326	2 732	2 775
Saldo corrente	9 301	9 435	10 053	8 936	10 081
Saldo total	1 863	1 666	2 076	662	2 059
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	106 834	108 134	109 487	112 222	113 121
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	289 784	293 377	297 518	302 230	306 765
Saldo em % do PIB	0,6	0,6	0,7	0,2	0,7

(1) Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 4
TAXAS DE VARIAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO SETOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

(%; ano acabado no trimestre)

	Unidade: %				
	2024T4	2025T1	2025T2	2025T3	2025T4
Receita total	1,4	1,3	1,7	1,6	2,0
Receita corrente	1,6	1,2	1,6	1,3	1,6
Impostos sobre o rendimento e património	-2,2	0,6	-0,1	1,5	2,2
Impostos sobre a produção e importação	2,8	1,7	2,1	1,5	1,6
Contribuições sociais	2,3	1,8	2,1	2,0	2,0
Vendas	4,7	0,6	-1,0	-0,2	-1,5
Outra receita corrente	3,3	-1,3	7,1	-3,5	1,1
Receita de capital	-6,8	3,7	6,6	13,4	17,6
Despesa total	1,5	1,5	1,4	2,7	0,9
Despesa corrente	2,8	1,2	1,2	2,4	0,8
Prestações sociais	3,4	1,6	1,2	2,6	0,4
Remunerações dos empregados	2,5	1,8	2,2	1,9	1,5
Juros	2,0	1,0	-0,5	0,1	-0,1
Consumo intermédio	3,2	0,8	-0,3	3,3	0,6
Subsídios	-10,2	-19,7	0,3	5,1	7,7
Outra despesa corrente	4,0	2,5	1,6	2,2	-0,2
Despesa de capital	-10,8	4,3	3,7	6,3	2,8
Investimento ⁽¹⁾	6,3	3,3	2,9	3,2	3,2
Outra despesa de capital	-45,7	8,2	6,9	17,4	1,6
Por Memória:					
Despesa corrente primária	2,9	1,2	1,3	2,5	0,8

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total aumentou 2,0% no ano acabado no 4º trimestre de 2025, tendo a receita corrente subido 1,6%, e a receita de capital 17,6%. O comportamento da receita corrente reflete os aumentos da receita de impostos sobre o rendimento e património (2,2%), da receita de contribuições sociais (2,0%), da receita de impostos sobre a produção e importação (1,6%) e da outra receita corrente (1,1%), enquanto as vendas diminuíram 1,5%.

A evolução da despesa resultou de um aumento de 0,8% da despesa corrente e de 2,8% da despesa de capital. Para a variação positiva da despesa corrente destaca-se o aumento dos subsídios (7,7%), das remunerações dos empregados (1,5%) e do consumo intermédio (0,6%). A despesa corrente primária, que exclui a componente de juros pagos, aumentou 0,8% no ano terminado no 4º trimestre de 2025.

O aumento da despesa de capital resultou do crescimento das duas componentes: o investimento aumentou 3,2% e a outra despesa de capital 1,6%.

Para possibilitar uma comparação entre os valores trimestrais em alternativa ao ano acabado no trimestre, o quadro 5 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem no PIB para os quartos trimestres de 2024 e 2025.

Quadro 5

RECEITA E DESPESA DO SETOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

(VALORES TRIMESTRAIS)

	4º trimestre de 2024		4º trimestre de 2025		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	33 312	43,7	35 925	44,5	7,8
Receita corrente	32 345	42,5	34 383	42,6	6,3
Impostos sobre o rendimento e património	6 787	8,9	7 453	9,2	9,8
Impostos sobre a produção e importação	11 175	14,7	11 876	14,7	6,3
Contribuições sociais	10 106	13,3	10 850	13,4	7,4
Vendas	2 663	3,5	2 524	3,1	-5,2
Outra receita corrente	1 614	2,1	1 680	2,1	4,1
Receita de capital	968	1,3	1 542	1,9	59,4
Despesa total	37 134	48,8	38 350	47,5	3,3
Despesa corrente	32 870	43,2	33 763	41,8	2,7
Prestações sociais	15 107	19,8	15 318	19,0	1,4
Remunerações dos empregados	8 737	11,5	9 229	11,4	5,6
Juros	1 495	2,0	1 491	1,8	-0,3
Consumo intermédio	4 628	6,1	4 714	5,8	1,9
Subsídios	554	0,7	676	0,8	22,1
Outra despesa corrente	2 349	3,1	2 336	2,9	-0,5
Despesa de capital	4 264	5,6	4 587	5,7	7,6
Investimento ⁽¹⁾	3 341	4,4	3 620	4,5	8,4
Outra despesa de capital	923	1,2	966	1,2	4,7
Saldo corrente	-525	-0,7	619	0,8	
Saldo total	-3 822	-5,0	-2 425	-3,0	
Por Memória:					
Despesa corrente primária	31 375	41,2	32 273	40,0	2,9

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Considerando os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2025 atingiu -2 425 milhões de euros, correspondendo a -3,0% do PIB, o que compara com -5,0% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 7,8% da receita total e de 3,3% da despesa total.

Por componentes da receita, o crescimento de 6,3% da receita corrente traduz, em particular, aumentos na receita de impostos sobre o rendimento e património (9,8%), nas contribuições sociais (7,4%) e nos impostos sobre a produção e importação (6,3%). De salientar a diminuição de 5,2% nas vendas, refletindo o impacto da alteração da classificação setorial da CP – Comboios de Portugal E.P.E., que passou do setor das Administrações Públicas para o setor das Sociedades Não Financeiras Públicas em 2025. O crescimento de 59,4% na receita de capital refletiu, em larga medida, o aumento de receita do Plano de Recuperação e Resiliência.

No que diz respeito à despesa, registou-se um crescimento de 2,7% da despesa corrente, em resultado do aumento dos subsídios (22,1%), das remunerações dos empregados (5,6%), do consumo intermédio (1,9%) e dos encargos com prestações sociais (1,4%), enquanto a outra despesa corrente diminuiu 0,5% e os encargos com juros 0,3%.

A despesa corrente primária, que exclui os juros pagos, aumentou 2,9%, representando 40,0% do PIB no 4º trimestre de 2025.

A despesa de capital aumentou 7,6%, em resultado do crescimento de 8,4% do investimento e de 4,7% da outra despesa de capital.

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional para o quarto trimestre de 2024 e de 2025.

Quadro 6

PASSAGEM DE SALDOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA PARA CONTABILIDADE NACIONAL

 Unidade: 10⁶ EUR

	2024T4	2025T4
Saldo em contabilidade pública:	-5 870	-5 167
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	3 031	2 544
Diferença entre juros pagos e devidos	245	98
Outros valores a receber:	510	-13
Ajustamento temporal de impostos e contribuições	406	157
Outros	104	-171
Outros valores a pagar:	-6	554
Encargos assumidos e não pagos	143	292
Outros	-150	261
Outros ajustamentos:	-1 731	-441
dos quais:		
Injeções de capital e assunção de dívidas	-2 032	-1 470
Saldo em contabilidade nacional:	-3 822	-2 425
PIB ⁽¹⁾	76 160	80 695
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-5,0	-3,0

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Considerando os quartos trimestres de 2024 e 2025, verificou-se uma melhoria do saldo em contabilidade pública e em contabilidade nacional, embora bastante mais expressiva no saldo em contabilidade nacional.

Em contabilidade nacional, o saldo das administrações públicas fixou-se em -3,0% do PIB. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas no 4º trimestre de 2025 foi, na sua totalidade, destinado a entidades do setor das AP, sem impacto no saldo agregado.

Tal como referido nas publicações anteriores, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos, foi feito um ajustamento na receita de impostos sobre a produção e importação no período em que se gerou a obrigação de pagamento.

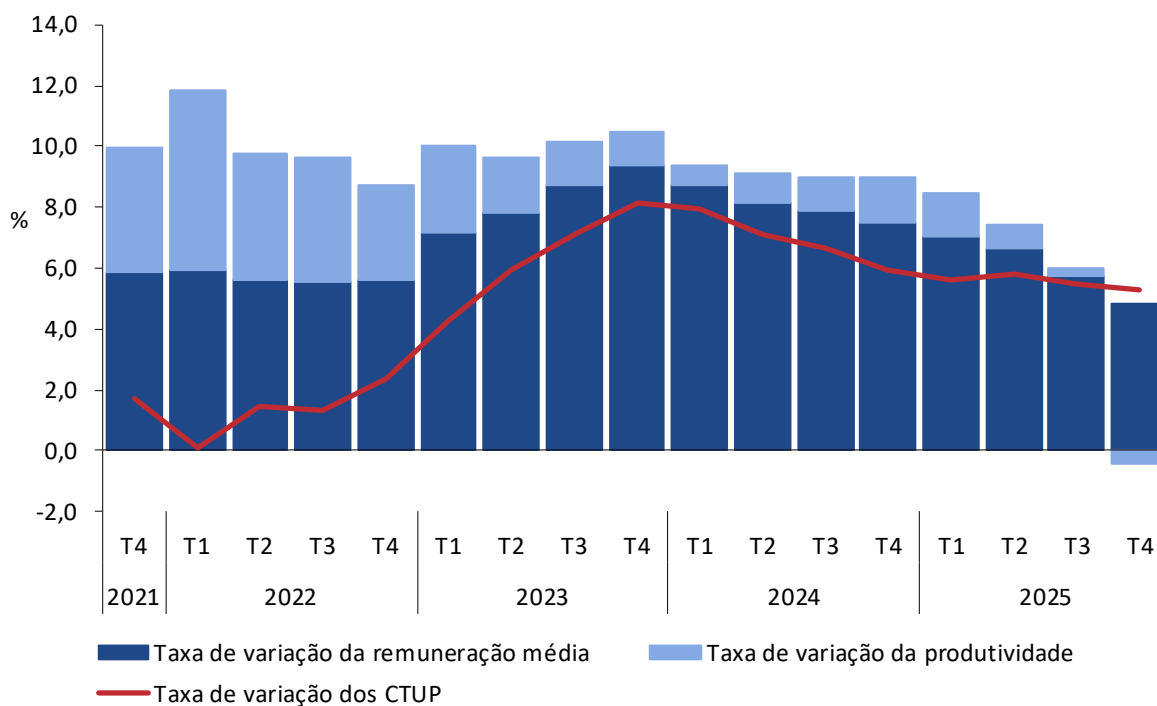
Os resultados anuais relativos às contas das AP são analisados em maior detalhe no destaque relativo à Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (1ª notificação), igualmente publicado hoje.

CUSTOS DO TRABALHO POR UNIDADE PRODUZIDA (CTUP) AUMENTARAM 5,3%

No ano acabado no 4º trimestre de 2025, os CTUP aumentaram 5,3% em termos homólogos, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior. Este resultado deveu-se ao crescimento da remuneração média em 4,8% e um decréscimo da produtividade de 0,4%.

Figura 5

TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA DOS CTUP (%; ANO ACABADO NO TRIMESTRE)



CONTAS ANUAIS PRELIMINARES DOS SETORES INSTITUCIONAIS PARA 2025

A primeira versão das Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2025 agora divulgada, resulta da soma das estimativas obtidas para os quatro trimestres do ano. O quadro 7 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional.

Quadro 7

INDICADORES PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

	2020	2021	2022	2023	2024 ^{Po}	2025 ^{Pe}
PIB nominal (taxa de variação)	-6,3	7,7	12,7	10,8	7,2	5,9
RNB (taxa de variação)	-5,4	8,2	11,8	9,9	8,0	6,0
RDB (taxa de variação)	-5,2	8,5	10,8	9,8	8,1	5,9
Poupança Bruta (taxa de variação)	-9,7	16,5	7,6	21,0	14,6	4,5
Taxa de Poupança das Famílias (% do RDB)	12,0	11,0	7,3	8,9	12,5	12,1
Consumo Final das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	-6,4	7,0	13,2	7,3	5,8	6,1
Rendimento Disponível das Famílias (taxa de variação)	-0,9	5,6	8,9	9,1	10,2	5,7
Formação Bruta de Capital (taxa de variação)	-3,0	16,1	15,0	6,3	6,4	9,5
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento						
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	-2,1	-2,8	-4,4	-4,0	-4,2	-3,5
Sociedades Financeiras (% do PIB)	2,9	2,5	2,1	2,3	1,9	1,4
Administrações Públicas (% do PIB)	-5,8	-2,8	-0,3	1,1	0,6	0,7
Famílias (% do PIB)	5,1	4,0	1,3	2,3	4,7	3,9
Total da Economia (% do PIB)	0,1	0,8	-1,3	1,7	3,0	2,5
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	-2,0	-2,8	-2,4	1,2	2,0	0,9
CTUP (taxa de variação)	8,7	1,7	2,4	8,2	5,9	5,3

Po - dados provisórios; Pe - dados preliminares

Os dados provisórios de 2024 publicados em 26 de dezembro de 2025 foram revistos de modo a incorporar a nova informação disponível. Face às estimativas anteriores, os atuais resultados determinaram a revisão dos saldos das Sociedades Não Financeiras (de -4,5% do PIB para -4,2%), das Sociedades Financeiras (de 2,1% para 1,9%) e das AP (de 0,5% para 0,6%).

NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 4º trimestre de 2025.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Salvo indicação em contrário, os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

1. REVISÕES DAS ESTIMATIVAS ANTERIORES

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

Deve referir-se ainda a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e de dados atualizados sobre o setor das AP. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 27 de fevereiro, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional agora disponibilizados. Face às estimativas anteriores, os novos resultados não determinaram revisões nas taxas de variação do PIB trimestral em volume.

2. RELATIVAMENTE AO SALDO DAS AP EM CONTABILIDADE NACIONAL E EM CONTABILIDADE PÚBLICA, IMPORTA ESCLARECER O SEGUINTE:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer

noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final individual: O consumo final individual corresponde à soma do consumo privado das famílias com a despesa das Administração Públicas com bens e serviços que se destinam ao consumo das Famílias.

Despesa de Consumo Final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento): A Formação Bruta de Capital (P.5) inclui a FBCF (P.51g), a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento Disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Disponível Bruto (RDB) ajustado das Famílias: Corresponde à soma do rendimento disponível bruto das Famílias e das transferências sociais em espécie, ou seja, inclui o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, participações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

RDB ajustado real das Famílias: Corresponde ao RDB ajustado das Famílias deflacionado com o índice de preços implícito na despesa de consumo final das Famílias.

Rendimento Nacional Bruto (RNB): O RNB (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O PIB (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).



Taxa de investimento das Famílias: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de margem operacional das Sociedades Não Financeiras: É obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 24 de junho de 2026
